

Ensinar filosofia à maneira pragmatista: a contribuição filosófica de Charles S. Peirce

Teaching philosophy in the pragmatist way: the philosophical contribution of Charles S. Peirce

Giovanni Menezes Viana

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade interpretar alguns escritos de Charles Sanders Peirce (1839-1914) e de seus comentadores para discutir a contribuição das ideias deste filósofo ao ensino de Filosofia. Nesse sentido, à luz do pragmatismo de Peirce pretendemos indicar alguns pressupostos para ensinar filosofia à maneira pragmatista. No primeiro momento abordaremos as contribuições de Peirce ao desenvolvimento do pensar. No segundo momento apresentaremos a teoria dos signos e semiótica deste autor. Em um terceiro momento analisaremos a fenomenologia de Peirce, sobretudo, seu projeto de classificação das ciências. Em seguida, compondo o quarto momento da nossa análise será realizado um estudo das obras *The Fixation of Belief* [A Fixação da Crença] e de *How to Make Our Ideas Clear* [Como tornar Clara as nossas ideias]. Estas obras são consideradas fundamentais ao entendimento da concepção de pragmatismo do autor e da adoção de uma metodologia que nos afaste dos erros ou das promessas cartesianas de verdade absoluta. Por fim, no nosso quinto momento, apresentaremos nossa tese principal do artigo através da discussão sobre como ensinar filosofia à maneira pragmatista.

Palavras Chave: Pragmatismo. Peirce. Ensino de Filosofia.

ABSTRACT

This article aims to interpret some writings by Charles Sanders Peirce (1839-1914) and his commentators to discuss the contribution of this philosopher's ideas to the teaching of Philosophy. In this sense, in the light of Peirce's pragmatism, we intend to indicate some assumptions for teaching philosophy in a pragmatist way. At first, we will discuss Peirce's contributions to the development of thinking. In the second moment, we will present this author's theory of signs and semiotics. In a third moment, we will analyze Peirce's phenomenology, above all, his project of classification of sciences. Then, composing the fourth moment of our analysis, a study of *The Fixation of Belief* and *How to Make our Ideas Clear* will be carried out. These works are considered fundamental to the understanding of the author's conception of pragmatism and the adoption of a methodology that keeps us away from errors or from Cartesian promises of absolute truth. Finally, in our fifth moment, we will present our main thesis of the article by discussing how to teach philosophy in the pragmatist way.

Key words: Pragmatism. Peirce. Teaching of Philosophy.

Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Filosofia - Mestrado Profissional da UFPI, PROF-FILO, intitulado “Ensinar Filosofia à maneira pragmatista: contribuições de Charles Sanders Peirce”. Este estudo tem por finalidade realizar uma investigação sobre o “ensinar filosofia” à maneira pragmatista com o objetivo de apresentar pressupostos lógicos e teóricos sobre o desenvolvimento do pensar numa perspectiva epistemológica crítica, ativa e, sobretudo, menos especulativa. Entende-se que “ensinar filosofia à maneira pragmatista” segue uma abordagem que envolve a atividade de ensino no domínio de algumas habilidades tais como: articulação teoria e prática, pensamento operatório, aprender fazendo, aprendizado do pensamento científico, aprender de forma criativa, ou seja, ensinar filosofia com base nas contribuições teóricas da tradição pragmatista, de maneira mais específica, na filosofia peirceana.

Nessa perspectiva o artigo foi estruturado compreendendo os seguintes momentos: primeiro, abordaremos as contribuições de Peirce ao desenvolvimento do pensar. Segundo, apresentaremos a teoria dos signos e semiótica deste autor. Terceiro, analisaremos a fenomenologia de Peirce, sobretudo, seu projeto de classificação das ciências. Em seguida, compondo o quarto momento da nossa análise será realizado um estudo das obras 'A Fixação das Crenças' e de 'Como tornar Clara as nossas e ideias'. No quinto momento, apresentaremos nossa tese principal do artigo através da discussão sobre como ensinar filosofia à maneira pragmatista.

Contribuição de Peirce ao desenvolvimento do pensar

Para iniciar nosso estudo apontamos de forma breve alguns dados da trajetória intelectual de Peirce. Charles Sanders Peirce é natural de Cambridge (Massachusetts). Nasceu no dia 10 de setembro de 1839 e faleceu no dia 19 de abril de 1914, em Milford (Pensilvânia). Peirce atuou em diversas áreas de pesquisa, além da filosofia, tais como: astronomia, biologia, criminologia, geodesia, gravitação, física, química, metrologia, telepatia, espectrologia, óptica, filologia, arquitetura, linguística e história; além de ter sido um dos primeiros psicólogos experimentais da América.

Filósofo e lógico foi considerado o maior e mais original pensador norte-americano, fundador da corrente pragmatista, exerceu forte influência sobre pensadores de sua época, a exemplo de [Oliver Wendell Holmes Jr.](#), William James e John Dewey, bem como de pensadores da atualidade, pois seu pensamento também influenciou de maneira significativa os estudos da linguística, da semântica e da teoria da comunicação.

Não obstante todo este currículo diversificado, o reconhecimento do seu trabalho só veio tardiamente. Peirce não conseguiu aceitação em sua época e não conseguiu se firmar como professor universitário ou sequer publicar um livro em vida.

Foi professor por um curto período na Universidade Johns Hopkins. Trabalhou a maior parte de seu tempo como assistente num observatório de ciência da *Harvard College*. Antes de se aposentar foi químico *free lancer* no laboratório que recebeu de herança. Peirce passou os últimos anos de sua vida, afastado da vida social, desenvolvendo suas teorias em semiótica e fenomenologia. Após sua morte seus manuscritos inéditos foram vendidos ao Departamento de Filosofia da Harvard University. Com base nesses textos a Harvard University Press realizou a primeira grande publicação dos escritos de Peirce, intitulado "*The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*", o qual abrange todo o pensamento peirceano e, ainda hoje, se apresenta como principal fonte de referência ao autor (SANTAELLA, 1983).

O pragmatismo de Peirce é parte de uma ampla teoria do pensamento e dos signos, uma teoria que compreende uma metodologia científica e uma semiótica. A metodologia científica nos ajuda a produzir crenças verdadeiras que são comprovadas na prática. A semiótica declara que tudo o que existe é signo. Assim, Peirce faz do pragmatismo um método para traduzir certa classe de signos em signos mais claros, determinando seus efeitos e consequências. O pragmatismo de Peirce é, portanto, uma teoria que surge de seu trabalho científico e de sua concepção da lógica, e que se baseia na convicção de que a função da investigação não é só representar a realidade, mas poder atuar de forma mais efetiva.

Peirce incorporou a esse novo pensamento a aplicação da lógica formal, a análise dos fundamentos lógicos da matemática e a adoção de um rigoroso espírito científico. Sabe-se que o pragmatista foi fortemente influenciado pelo empirismo britânico, sobretudo, a ideia de experiência como hábito de ação, que tomou de empréstimo de Alexandre Bain (1818-1903)¹. Interessou por Kant, autor que o influenciou muito (chegou a decorar todo o conteúdo da “Crítica da Razão Pura”) e pelos idealistas românticos em virtude do conceito de ‘razão prática’.

Considerando o contexto histórico de expansão da indústria, o auge do método científico, a força do empirismo, os ideais evolucionistas, bem como os ideais democráticos na América, podemos dizer que, este pando de fundo tornou-se um campo fértil para o desenvolvimento da sua filosofia e da sua lógica.

Peirce assume um ponto de vista contrário à metafísica tradicional na medida em que rejeita qualquer proposição filosófica baseada em princípios primeiros e ‘apriorísticos’ ou entes transcendentais. Desse modo, desenvolve uma filosofia articulada à ciência. É assim que ele descreve a sua filosofia:

[...] minha filosofia pode ser descrita como a tentativa que um físico desenvolve no sentido de fazer conjectura acerca da constituição do universo, utilizando métodos científicos e recorrendo à ajuda de tudo quanto foi feito por filósofos anteriores. Apoiarei minhas proposições nos argumentos que estejam a meu dispor. De prova demonstrativa não cabe cogitar. As demonstrações dos metafísicos não passam de aparências. O mais que se pode conseguir é fazer surgir uma hipótese não inteiramente despida de procedência, que se coloque na linha geral de desenvolvimento das idéias científicas e que seja suscetível de ver-se confirmada ou refutada por observadores futuros (PEIRCE, 1983, p.8).

Peirce é autor de uma famosa máxima que inaugura os princípios do pragmatismo. Esta máxima foi desenvolvida no sentido de anunciar em que termos se pode considerar uma proposição como sendo verdadeira. Peirce acredita que as proposições intelectuais só têm sentido quando

¹Filósofo e psicólogo escocês, que usou este termo no sentido de que as crenças são hábitos de ação.

forem “consideradas as consequências práticas pensáveis como resultantes necessariamente da verdade da concepção; e a soma dessas consequências constituirá o sentido total da concepção” (PEIRCE, p. 1979).

Em virtude dessas ideias propõe um método para determinar ou fixar o significado de nossos conceitos, elegendo a semiótica enquanto processo linguístico ou método de interpretação da realidade. Dessa forma, o pragmatismo constitui-se numa técnica auxiliar para compreender problemas de natureza científica e filosófica. Portanto, para dar significação a um conceito será necessário examinar suas consequências futuras.

Segundo Peirce, toda crença se consolida quando podemos experimentá-la. A crença é uma regra de ação. Uma crença é um hábito de pensamento que cria a disposição de agir. Através da crença estabelecemos uma confiança maior relacionada ao futuro dando abertura ao campo das possibilidades. O oposto da crença é a dúvida que se estabelece por meio das experiências que vivemos que questionam e que derrubam a crença.

A teoria dos signos ou semiótica peirceana

Em busca de compreensão e do conhecimento, o homem decifra significados do que ver, ler, ouve, sente, tanto pela linguagem verbal em que se utiliza da palavra escrita ou falada, quanto pela linguagem não verbal que está presente nas formas de comunicação constituídas em sistemas sociais e históricos de representação do mundo, ou seja, através da interação social, transformando sinais, que são os objetos do mundo, em signos ou linguagens, que, por sua vez, são produtos da consciência com significados. Há várias linguagens, a do computador, da natureza, do corpo, do silêncio e até mesmo dos sonhos (segundo Freud). Assim, percebemos que a linguagem está presente no mundo como um todo e nós estamos presentes nessa linguagem. A semiótica tem como objetivo examinar os diversos modos e objetos de produção de significação e de sentido (SANTAELLA,1983).

Peirce desenvolveu o que foi denominado de teoria dos signos que consiste na ideia de que todo pensamento implica a interpretação de alguma coisa por alguém. A interpretação só poderá se realizar através do signo (lógica matemática simbólica). Segundo ele, signo é algo que para alguém equivale a alguma coisa sob algum aspecto ou capacidade. Portanto, as ideias ou pensamentos implicam um objeto para interpretar, um intérprete para esse objeto e a interpretação propriamente dita

Os elementos primordiais da semiótica de Peirce envolvem os seguintes elementos: o objeto é a categoria que resulta da relação com o sujeito pela mediação linguística. A unidade

semiótica seria o signo que se divide em ícone, índice e símbolo: Em relação ao ícone observa-se que este possui um parâmetro de semelhança com o objeto, por exemplo, uma fotografia (representação) ou frases onomatopaicas (ícones verbais). O índice é o parâmetro da relação de causalidade sensorial que indica o significado de uma proposição. É um signo indicador. É quando o significante remete ao significado tomando como base a experiência vivenciada pelo interpretador, por exemplo, a frase “onde há fumaça, geralmente há fogo” ou quando vemos a imagem de um carro sem a maçaneta, estando apenas um buraco no seu lugar, isto é um índice de uma tentativa de assalto (ALVES, 2016).

Já o símbolo é uma representação puramente convencional entre o signo e o significado. Pode-se afirmar que o símbolo é uma representação, mas não se trata de reprodução, pois enquanto a reprodução implica igualdade, o símbolo evoca a concepção que ele representa através de características comuns. Por exemplo, a aliança enquanto símbolo do casamento ou os pratos de uma balança enquanto símbolo da ideia de justiça. Nas línguas, quase a totalidade das palavras são símbolos, representando alguma coisa, quer nominal (um substantivo ou adjetivo) ou uma ação (ALVES, 2016).

Em suma, pode-se dizer que os signos se estruturam a partir do ícone, índice e símbolo. Tomemos o desenho de um gato, daí se tem a representação da ideia, portanto, trata-se de um ícone. Ao perceber um indício da presença do gato ouve-se o miado, temos então um signo. Ao formular em linguagem o termo gato ou *cat*, obtém-se a representação linguística, a abstração, que representa o símbolo. Dessa forma, pode-se concluir que o objeto, o intérprete e a interpretação compõem a tríade do pensamento ou das ideias.

Peirce descreve assim a estrutura dos signos:

Da mesma forma como os pensamentos apresentam-se triadicamente, todos os signos podem ser divididos em três espécies principais: ícones, índices e símbolos. O ícone constitui um tipo de signo em que o significado e o significante apresentam uma semelhança de fato. O desenho de um animal seria um exemplo de ícone; o desenho significa o animal, simplesmente porque se parece com ele. Um índice é um signo que não se assemelha ao objeto significado, mas indica-o casualmente, é um sintoma dele porque se experimenta uma contiguidade entre os dois. O furo de bala, por exemplo, é índice de um tiro, como fumaça é índice de fogo. O símbolo, ao contrário, opera seguindo a contiguidade instituída, ou seja, depende da adoção de uma regra de uso. As bandeiras constituem símbolo das nações; entre as bandeiras e as nações não há qualquer relação causal necessária, trata-se de convenção. A quase totalidade da linguagem usual, falada e escrita, é de natureza simbólica (PEIRCE, 1979, p.10).

A proliferação de linguagens e códigos que cresceram no mundo com o advento da revolução industrial, através dos meios de reprodução e difusão de informações e mensagens, fez surgir uma consciência semiótica, ou seja, uma consciência de linguagem em sentido amplo, que por sua vez, provocou uma necessidade de uma ciência de que criasse dispositivos de indagação e

instrumentos metodológicos para desvendar os fenômenos da linguagem, uma dessas fontes que brota a semiótica é a doutrina de Peirce (SANTAELLA, 1983).

Peirce considerava que toda produção, realização e expressão humana era uma questão de semiótica, mas não a considerava independente e autossuficiente e sim uma parte da engrenagem de uma máquina.

A fenomenologia de Peirce

Peirce desenvolveu um esquema de classificação das ciências, a saber, a Lógica ou Semiótica que se divide em três áreas: *gramática especulativa* ou *semiótica* em sentido restrito; esta área nos oferece a fisiologia das formas, isto é, a classificação das funções e das formas dos signos; a *crítica* que consiste no estudo da classificação e da validade dos argumentos; e a *metodêntica* que se baseia no estudo dos métodos para se chegar à verdade (NASCIMENTO, 2018)

Em sua arquitetura classificatória das ciências Peirce coloca a semiótica e a própria filosofia dentro de um sistema ainda maior. Assim, dentro dessa arquitetura ele considera três tipos de ciências: As ciências da descoberta; as ciências da digestão e as ciências aplicadas (SANTAELLA, 1983).

Segundo Peirce as ciências da descoberta são: Matemática, Filosofia e Ideoscopia ou ciências especiais. Esta última divide-se em dois ramos: ciências físicas e ciências psíquicas. Entretanto, Santaella (1983, p. 24) esclarece que “o “termo "psíquico" tem, na acepção peirceana, um caráter tão vasto que, para evitarmos maiores equívocos, melhor seria tomá-lo aqui como sinônimo de ciências humanas”.

Por ser evolucionista, Peirce acreditava que as leis da natureza não eram absolutas, mas evolutivas, pois seus princípios não seriam fórmulas rigorosas, mas sempre provisórias, pois estariam sempre sujeitas às mudanças contínuas. Todo pesquisador, por mais sistemático e rigoroso que seja seu pensamento, é essencialmente falível, eis aí o falibismo, doutrina que afirma que, por meio do raciocínio, não podemos nunca obter certeza, exatidão e universalidade absolutas. Dessa forma, concebe à ciência e à filosofia como processos que crescem gradualmente e resultam da mente coletiva (leis internas) que respondem a eventos externos (o novo) interagindo com o cotidiano do pesquisador.

Com o objetivo de expor seu “edifício filosófico”, Peirce elaborou sua arquitetura filosófica, obedecendo a uma ordem e uma hierarquia tendo como base a relevância de cada área a ser investigada. Dessa forma apresentou em primeiro lugar a Fenomenologia, em seguida as Ciências

Normativas que se dividem em Estética, Ética e Semiótica, que por sua vez, subdivide-se em Gramática Pura, Lógica Crítica e Retórica Pura e, finalmente a Metafísica.

Como um engenheiro que antes de erguer uma ponte, navio ou casa, leva em conta as diferentes propriedades dos materiais; não usa aço, pedra ou cimento que não tenham sido testados antes e os dispõe segundo processos ministrados, assim também, ao construir a doutrina do pragmatismo, são analisadas as propriedades de todos os conceitos indecomponíveis e seus processos de composição possíveis (...). (PEIRCE, 1983, p.06).

O primeiro critério para o trabalho filosófico é o fenomenológico na acepção de Peirce. Antes de tudo, o filósofo deve criar a doutrina das categorias, analisando-as radicalmente todas as experiências possíveis. Ele não se satisfaz com as categorias aristotélicas, nem com as kantianas, mesmo sendo influenciado por ele, considerava suas categorias materiais e particulares e não formais e universais. Dedicou grande parte de sua carreira, elaborando, aperfeiçoando e ampliando o campo de aplicação de suas categorias universais, que segundo ele, não surgem de pressupostos lógicos, nem da língua, mas através do apurado exame da experiência. Seu método apresenta uma similaridade com o de Hegel, mas com influência maior dos estudos das categorias kantianas (SANTAELLA, 1983).

O que de fato Peirce entende por experiência? Segundo o filósofo, em filosofia, a experiência é o inteiro resultado cognitivo de viver ou experiência é o curso da vida (PEIRCE, 1958). Segundo Ivo A. Ibri (2015), a experiência, colocada no nível filosófico, como resultado cognitivo de nossas vidas, nos faz supor que é capaz de semear conceitos que moldam a conduta humana. A experiência é nossa única mestra. A experiência tem o poder de fracionar, precipitar e filtrar as falsas ideias, eliminando-as e deixando a verdade verter em corrente vigorosa. A fenomenologia enquanto área da filosofia que diz respeito às ciências positivas compreende o estudo da experiência cotidiana de cada ser humano; Peirce evidencia que é preciso adotar uma atitude de simplesmente “abrir os olhos mentais”, de olhar bem para o fenômeno e dizer quais são as características que nele nunca estão ausentes. Ou seja, adotar uma capacidade de ver ou de reaprender a ver (IBRI, 2015, p. 24).

A fenomenologia seria a base fundamental para qualquer ciência, encarrega-se de observar os fenômenos, e nesta análise, postula as formas e propriedades universais desses fenômenos. Surgem desse processo as categorias universais de toda e qualquer experiência e pensamento, assim, Peirce descarta os julgamentos avaliativos *a priori*. *A fenomenologia* é independente das ciências normativas, porém são por elas desenvolvidas obedecendo a sequência: estética, ética, semiótica ou lógica. Estas ciências terão como função “distinguir o que deve e o que não deve ser”(SANTAELLA, 1983, p.25).

A estética ocupa-se daquilo que é objetivamente admirável e é a base da ética (ciência da ação ou conduta) que recebe da estética os seus primeiros princípios. A semiótica ou lógica classifica e descreve todos os tipos de signos logicamente possíveis. A semiótica peirceana colhe seus frutos da fenomenologia, daí surge uma fundamentação conceitual para uma filosofia arquitetônica que tem como base os conceitos conseguidos através de suas categorias (SANTAELLA, 1983).

É através da fenomenologia que podemos decifrar o mundo como linguagem, observando os fenômenos, que podem ser qualquer coisa que surja em nossa mente, tanto externamente, como o som, a luz ou o cheiro, como internamente ou visceral, como a dor, a lembrança, ou o desejo. Dessa forma Peirce define a fenomenologia como uma descrição ou análise das experiências percebidas pelo indivíduo em todo momento e todo lugar.

Ela surge livre de qualquer julgamento, a partir da própria experiência, sem questionamentos, mas observando se ela corresponde ou não à realidade. Livre, a fenomenologia tem por objetivo fazer surgir às categorias de qualquer fenômeno, caracterizando-os, discriminando-os e generalizando-os. Para chegarmos a esse ponto devemos desenvolver três faculdades: a primeira é a capacidade de contemplar, ou seja, de observar o que está diante de nós; a segunda é saber distinguir e discriminar as diferenças através dessa observação; e terceiro, generalizar as observações em classes ou categorias

Em seu ensaio “Sobre uma nova lista de categorias”, trabalho desenvolvido por Peirce, durante trinta anos de sua vida (de 1867 a 1897), ele apresentou as suas três categorias universais de toda experiência e de todo pensamento. Neste ensaio ele conclui que tudo que aparece a consciência ocorre gradativamente através de três elementos formais de toda experiência os quais denominou de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade (SANTAELLA, 1983).

Estas categorias podem ser comparadas aos três modos mais gerais e universais como os fenômenos aparecem à consciência.

Peirce descreve a primeiridade como algo que consiste numa consciência imediata de como tal coisa é, apresenta-se como pura qualidade de ser e de sentir, é como se fosse uma impressão ou sentimento *in totum*. É algo não analisável, inocente, frágil e totalmente superficial, indicado e criado pela imaginação. É a pura qualidade do sentimento, como a primeira apreensão das coisas de forma imprecisa e indeterminada sem significação da coisa em si é um quase signo.

Consciência em primeiridade é *qualidade de sentimento* e, por isso mesmo é primeira, ou seja, a primeira apreensão das coisas, que para nós aparecem, já é tradução, finíssima película de mediação entre nós e os fenômenos. Qualidade de sentir é o modo imediato, mas já imperceptivelmente medializado de nosso estar no mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas (SANTAELLA, 1983, p.46).

Um exemplo de primeiridade ocorre quando nos deparamos com uma paleta de cores e visualizamos a cor verde, a princípio ela nos aparece pura e simples, sem significação, nossa consciência apenas ver o verde.

A secundidade é a consciência do mundo real, reagindo, pensando, sentindo a ação dos fatos, resistindo e reagindo no tempo e no espaço é quando ocorre o confronto que nos comove. Esta reação surge de um estímulo, de uma relação diática entre o eu e o outro. Nesse momento ocorre o que chamamos de corporificação material onde a qualidade se encarna em matéria. O que era quase signo se transforma em uma resposta sígnica ao mundo. Portanto, “agir, reagir, interagir e fazer são modos marcantes, concretos e materiais de dizer o mundo, interação dialógica, ao nível da ação, do homem com sua historicidade” (SANTAELLA, 1983, p.46).

Quando a qualidade do verde se materializa na folha de uma planta, e meu eu pensante reage à realidade e interage com a materialidade das coisas e do outro, ocorre a secundidade, é o momento em que minha consciência me faz perceber o verde da folha.

Por fim, a terceiridade consiste na aproximação de um primeiro e um segundo momento, formando uma síntese intelectual que corresponde à inteligibilidade que resulta em um pensamento em signos, ocorrendo assim, uma representação e uma interpretação do mundo. Primeiro observa-se o verde puro e simples, segundo há uma materialização do verde na folha da planta e terceiro, há uma elaboração cognitiva através da interpretação que resulta na afirmação de que a folha é verde.

Constituem-se na terceiridade as características como a generalidade, a infinitude, a continuidade, a difusão, o crescimento e a inteligência. Nesse momento ela se transforma em ideia de um signo ou representação. Seria a forma como nós, seres simbólicos, estamos presentes no mundo. Isso ocorre quando diante de um fenômeno, nossa consciência produz um signo, um pensamento, ocorre a interpretação. Santaella explica:

[...] Compreender, interpretar é traduzir um pensamento em outro pensamento num movimento ininterrupto, pois só podemos pensar um pensamento em outro pensamento. É porque o signo está numa relação a três termos que sua ação pode ser bilateral: de um lado, representa o que está fora dele, seu objeto, e de outro lado, dirige-se para alguém em cuja mente se processará sua remessa para outro signo ou pensamento onde seu sentido se traduz. E esse sentido, para ser interpretado tem de ser traduzido em outro signo, e assim *ad infinitum* (SANTAELLA, 1983, p.52).

Em síntese, pode-se afirmar que a semiótica de Peirce foi desenvolvida por meio da tricotomia: a *primeiridade* é apresentada na condição de pura possibilidade, aquilo que é em si mesmo, sem relação com nenhum outro. Aquilo que ainda não é. É o poder ser. Conforme Ibrí (2015, p, 29) primeiro se sugere que haja algo como livre, ou seja, é aquilo que não tem outro atrás de si, determinando suas ações; a *secundidade* é a categoria da experiência na qual predomina as

contradições, os conflitos e a alteridade, poderia ser o processo de estar sendo. O mundo como exterioridade, assume o caráter de não ego pelo seu traço de alteridade (IBRI, 2015, p. 27). Esta categoria expressa o modo e a forma como colidimos com o mundo. Temos nela ação e reação dos fatos concretos da experiência. A secundidade tem relação com os conhecimentos já adquiridos. Diz respeito ao mundo físico, mundo da matéria e, sobretudo, da experiência passada; a *terceiridade* é a generalidade, infinitude, síntese, hábito, tempo. É representação. É a interpretação do mundo.

O desenvolvimento da cognição descrito por Peirce culmina na noção de conhecimento construído no curso temporal da experiência; assim o pensamento é operatório, também não pode se desvincular do seu passado e muito menos de sua intencionalidade para o futuro. Em virtude disso, Ibri (2015, p. 60) declara que a condição de possibilidade de qualquer cognição é uma generalidade real que se fundamenta no trabalho intelectual de abstração. Isto significa que, quando sabemos de algo podemos prevê-lo no curso da experiência futura, mesmo considerando a falibilidade dos processos reais. Ibri afirma: “um mundo que não permite que o intelecto generalize é um mundo caótico, constituído de indivíduos por si e para si” (ibidem, p.61).

Não é possível qualquer ato de cognição que não seja determinado por outra cognição prévia, na medida em que todo pensamento implica a interpretação ou representação de alguma coisa por outra coisa. Todo pensamento ou conceito está inextricavelmente ligado às funções de representação não sendo capaz de interpretar a si mesmo (PEIRCE, 1983, p.9).

Percebe-se que Peirce nos demonstra através de suas categorias, a primeiridade (qualidade), a secundidade (relação) e a terceiridade (representação), como os fenômenos aparecem de forma geral e universal à nossa consciência.

Segundo Nascimento (2018), a metafísica de Peirce articula o conhecimento da realidade marcado não somente pela existência do mundo fenomênico, no âmbito da secundidade, ou seja, guiado por leis da causalidade, mas pela primeiridade, cuja presença de elementos fortuitos revela que, se considerarmos o processo evolucionário nem mesmo agora os eventos fáticos são absolutamente regulados pela lei, porque na natureza encontramos também o acaso.

A categoria *terceiridade* expressa à síntese fenomênica entre o *acaso e a lei*, o que se justifica no âmbito do conhecimento a ideia que este se encontra em processo sempre falível, superando a noção de certeza absoluta em matérias de fato. Em termos epistemológicos, Peirce argumenta que a falibilidade não representa o erro no sentido vulgar, mas o dado do *crescimento* do conhecimento humano. Ou seja, é que a “evolução não significa outra coisa senão crescimento no mais amplo sentido da palavra” (PEIRCE, 1958, p. 174).

Nesse método investigativo e interpretativo proposto por Peirce, com o intuito de compreender as estruturas do conhecimento, ou seja, os variados fenômenos existentes de produção do conhecimento, ele utilizou o que foi chamado de tricotomias ou tríades. A primeiridade, secundidade e terceiridade originaram outras categorias, como os termos já descritos, signo, objeto e interpretante, cujos elementos são: ícone, índice e símbolo. Do ponto de vista de sua lógica, Peirce apresentou as formas de argumentos que compõem os modos de raciocínio e os classificou em três tipos: *abdução, indução e dedução*.

Estas formas de raciocínios são funções essenciais da mente cognitiva. A dedução é apresentada de maneira mais tradicional, a indução e a abdução, por sua vez, têm na filosofia de Peirce uma peculiaridade. Neste sentido, a vida do pensamento em todos os níveis é uma questão de exercício de certos hábitos de inferência. Para o desenvolvimento do pensamento lógico é necessário o uso do raciocínio *dedutivo*. No entanto, dos três tipos de raciocínios, a dedução é o raciocínio mais simples. Parte de uma premissa maior para uma menor. Ex: *Todos os homens são mortais; Sócrates é homem, logo Sócrates é mortal*. Este tipo de raciocínio carece de criatividade, pois não adiciona nada além do que já é do conhecimento, mas é útil para a aplicação de regras gerais a casos particulares (NASCIMENTO, 2018).

O raciocínio indutivo ou sintético é mais complexo do que a dedução, pois é mais que a mera aplicação de uma regra geral a um caso particular. Neste caso, parte de um caso particular ou da sucessão de casos particulares para inferir uma lei geral. Sabe-se de antemão que esta lei é mutável, devido ao falibilismo inerente a provisoriedade de toda teoria positiva. O raciocínio indutivo se traduz numa generalização a partir de uma pluralidade de singulares. A indução é a experiência na qual reside a formação das crenças que moldam a nossa conduta. Segundo Peirce, pode ser definida como um argumento que assume que é verdadeiro, a respeito de uma coleção inteira; o que for verdade sobre o número de exemplares extraídos ao acaso. Pode-se dizer também que, a indução tem caráter estatístico. Vejamos este raciocínio indutivo: *“Essas rosas são daquele jardim; essas rosas são brancas; todas as rosas daquele jardim são brancas. A indução parte de uma teoria em busca de fatos que comprovem a sua veracidade”* (IBRI, 2015, p. 162).

Ainda conforme Nascimento (2018) a abdução é a forma de raciocínio, que segundo Peirce, se inicia nos fatos, sem em princípio ter qualquer teoria em vista. O raciocínio abduutivo parte da experiência observada para a construção do conceito. Nesse sentido, a abdução pertence à lógica da descoberta. A abdução busca uma teoria. A indução busca os fatos. A consideração dos fatos na abdução sugere uma hipótese. Para Peirce, o raciocínio abduutivo é típico de todas as descobertas científicas revolucionárias. A abdução é a adoção probatória da hipótese (PEIRCE, 1975).

A abdução parte de uma visão global dos fatos no qual irão surgindo possibilidade de explicações causais: Um exemplo poderia ser ao se deparar com pegadas de um equino, estando num país não africano, a abdução mais provável seria de que esta marca pertencesse a um simples cavalo, e não de uma zebra. A partir desse juízo perceptivo surgem várias inferências abdutivas possíveis: estou no Brasil onde não existem zebras no campo livre, portanto as pegadas são de um cavalo.

Com este raciocínio se obtém uma plasticidade no desenvolvimento do pensar, pois se abre uma conexão entre o investigar e a experiência, resgatando um juízo perceptivo e um olhar mais acurado sobre os fenômenos (TURISSE, 2002). Peirce conceitua a abdução nos seguintes termos:

Abdução é o processo para formar hipóteses explicativas. É a única operação lógica a introduzir ideias novas; pois que a indução não faz mais que determinar um valor e a dedução envolve apenas as consequências necessárias de uma pura hipótese. Dedução prova que algo *deve ser*; Indução mostra que algo atualmente *é* operatório: Abdução uma mera sugestão de que algo pode ser[...].A única justificação é que da sugestão a dedução pode tirar uma predicação testável pela indução, e que para apreender ou compreender os fenômenos só a abdução pode funcionar como método (PEIRCE, 1983, p.46).

A lógica abdutiva é vista como uma lógica da descoberta, da invenção ou da criação. Nesse sentido, a máxima pragmatista segundo a qual verdadeiro é o que gera consequências práticas é um pressuposto fundamental ao ensino de filosofia, no sentido de que esta atividade seja menos especulativa e mais criativa.

Análise de ‘A Fixação da Crença’ e de ‘Como tornar Clara as nossas e ideias’

Peirce sintetizou o pragmatismo em dois artigos de grande importância, são eles: *The Fixation of Belief* (A fixação da Crença) de 1877 e *How to Make Ours Ideas Clear* (Como Tornar Clara Nossas Ideias) de 1878. Nestes textos, ele apresenta a doutrina do pragmatismo, chegando a concluir que as nossas crenças são regras de ação para evidenciarmos nosso pensamento, sendo necessário reconhecer os efeitos práticos relevantes dos objetos na ação humana, as nossas crenças guiam os nossos desejos e moldam nossas ações.

Peirce, em seu artigo “A Fixação da Crença” (1877) descreve quatro modos de fixação das crenças:

O primeiro é o “método da tenacidade” este é considerado inapto a firmar-se na prática. A própria sociedade o refuta. Aquele que aceita verificará que outros homens raciocinam de forma diferente e que, em um momento de maior observação, outras críticas são melhores que as suas. Em outras palavras, isso enfraquecerá a convicção na crença que se tem. Os que utilizam o método da tenacidade acabam se afastando de tudo aquilo que possa alterar suas opiniões, procurando o

caminho mais brando, fugindo do ser racional, isentando-se da dúvida, e, por fim, não proporcionando a oportunidade da indagação. Por conta deste método não se pode sustentar na prática e, portanto, ele será facilmente refutado por outro pensamento. Porque nesse caso, emerge a necessidade de outros métodos. Peirce assim refuta o método da tenacidade:

O homem que o adotar descobrirá que os outros homens pensam de forma diferente dele, e estará apto a que lhe ocorra, num momento de maior lucidez, que as opiniões desses outros homens são tão boas como as suas, e isto abalará a sua confiança na crença (PEIRCE, 1877, p. 11).

O segundo trata-se do “método da autoridade”, desde os primórdios, se sustenta como um dos principais meios de manter determinadas doutrinas teológicas e políticas e de resguardar suas características. É utilizado com o intuito de estabelecer e manter o poder em numa determinada sociedade, com padrões impostos pela força (castigo). É um método de supremacia mental e moral. Não vigora, pois é rebatido pela crítica e pela evolução da história. Peirce esclarece suas objeções a este método afirmando:

Se escrutinarmos o assunto atentamente, descobriremos que não existiu um único de seus credos que tenha permanecido sempre o mesmo, e, contudo, a mudança é tão lenta que permanece imperceptível durante a vida de uma pessoa, de forma que a crença individual permanece sensivelmente fixada. Para a massa da humanidade, então, não existe talvez, melhor método que este. Se é seu impulso mais elevado serem escravos intelectuais, então deverão permanecer escravos (PEIRCE, 1877 p.13).

O terceiro trata-se do método *a priori*. Este considera que seus próprios conceitos fundamentais estão em conformidade com a razão. Todavia, para Peirce, a razão de um filósofo não é a razão de outro filósofo. Este método leva ao fracasso, porque torna a pesquisa algo equivalente ao desenvolvimento do gosto, já que este não se diferencia de modo substancial do método da autoridade. O filósofo também refuta este método. Examinamos este método *a priori* como algo que submete a nossa liberdade às nossas opiniões e possui elemento acidental e caprichoso. Mas o desenvolvimento, embora seja um processo que elimina o efeito de algumas circunstâncias casuais, magnifica o efeito de outras. Logo, este método não difere de forma essencial do da autoridade. (PEIRCE, 1877, p.15).

Faz da inquirição algo semelhante ao desenvolvimento do gosto: mas o gosto, infelizmente, é sempre mais ou menos um assunto de moda, e conseqüentemente os metafísicos nunca chegaram a fixar qualquer acordo, mas o pêndulo tem balançado para trás e para frente, desde os tempos mais remotos até aos mais recentes, entre uma filosofia mais material e uma mais espiritual. E assim a partir disto, que tem sido chamado o método *a priori*; somos conduzidos, na frase de Lord Bacon, a uma verdadeira indução (PEIRCE, 1877 p.15).

O quarto e último trata-se do método científico. Para Peirce, o meio de estabelecermos nossas crenças de forma válida se dá corretamente ao aplicarmos o método científico. Assim, afirma o autor: existem coisas reais, cujas características são inteiramente independentes das nossas opiniões acerca delas: estas realidades afetam os nossos sentidos de acordo com leis regulares, e embora as nossas sensações sejam tão diferentes como o são as nossas relações aos objetos, contudo, tirando proveito das leis da percepção, podemos descobrir através do raciocínio como as coisas realmente são; e qualquer homem, se possuir suficiente experiência e raciocinar o suficiente sobre o assunto, será conduzido à única conclusão verdadeira (PEIRCE, 1877, p.16).

Este método adotado por Peirce é considerado o mais útil e adequado para o exercício do raciocínio e para se obter um conhecimento seguro, pois a inteligência humana é científica, aprende com a experiência, a partir de coisas reais independentes da opinião. Dessa forma, verdadeiro é o prático e o experimental. Peirce caracteriza o método científico com a argumentação:

Existem coisas reais, cujas características são inteiramente independentes das nossas opiniões acerca delas; estas realidades afetam os nossos sentidos de acordo com as leis regulares, e embora as nossas sensações sejam tão diferentes como o são as nossas relações aos objetos, contudo, tirando proveito das leis da percepção, podemos descobrir através do raciocínio como as coisas realmente são; e qualquer homem, se possuir suficiente experiência e raciocinar o suficiente sobre o assunto, será conduzido à única conclusão verdadeira (PEIRCE, 1877, p.16).

Como se vê Peirce opta pelo método científico, e por meio deste raciocínio podemos conhecer realmente as coisas como elas são. Ressalta-se que Peirce advoga a mentalidade científica com o objetivo de fazer com que os homens não se submetam mais a conhecimento vulgares, metafísico, ou seja, à crenças falhas e inconsistentes.

Ele busca reafirmar sua máxima sobre o significado de um conceito que consiste em suas consequências práticas e sua aplicação. O pragmatismo de Peirce ou pragmaticismo, como ele preferia chamar, se assenta na ideia de que “o sentido de um conceito ou proposição só pode ser explicado pela consideração dos seus efeitos práticos.

O objetivo em fixar nossas crenças por meio do método científico nos ajuda a solucionar as confusões conceituais relacionadas ao significado de conceitos e consequências práticas. Dessa maneira, implica na utilização exitosa do método das ciências e sua consequente aplicação às questões filosóficas. O método pragmatista permite clarificar conceitos como “realidade” ou “probabilidade”, permite mostrar como podemos chegar às conclusões verdadeiras na investigação e como podemos afirmar que não há nada incognoscível que não se possa estabelecer-se aplicando o método das ciências (BARRENA e NUBIOLA, 2014).

No artigo "*How to Make Our Ideas Clear*" [Como tornar as nossas ideias claras] de 1876, Peirce começa por criticar a filosofia René Descartes em relação à apreensão das ideias. A crítica centra-se nas noções de *clareza e distinção*. Peirce escreveu que:

Uma ideia clara é definida como uma que é apreendida de tal forma que será reconhecida onde quer que se encontre, de modo que nunca será confundida com outra. Se esta clareza faltar, dir-se-á então que é obscura. Isto é um exemplo bem típico de terminologia filosófica; mesmo assim, pois que estão a definir clareza, eu desejaria que os lógicos fossem um pouco mais claros na sua definição. Não falhar nunca no reconhecimento de uma ideia, e não a confundir em quaisquer circunstâncias com outra, não importa sob que forma mais recôndita, implicaria, com efeito, uma força e uma clareza tão prodigiosas do intelecto como se encontram raramente neste mundo (PEIRCE, 1878, p.2).

Em primeiro lugar, ele objeta contra a ideia de clareza como sendo a capacidade de reconhecer uma ideia em qualquer circunstância em que ela ocorra, sem confundi-la com nenhuma outra. Peirce formula duas objeções: primeiro; esta ideia representa uma capacidade sobre-humana, isto é, quem poderia reconhecer uma ideia em todos os contextos e em todas as formas em que ela aparecesse, sequer duvidando de sua identidade? Identificar uma ideia com este grau de universalidade é uma tarefa extremamente difícil, Peirce deduz que com certeza esta tarefa implicaria uma força e uma clareza tão prodigiosas do intelecto que raramente encontramos neste mundo (PEIRCE, 1958).

Em segundo lugar, como não há objetividade que comprove a clareza em todas as circunstâncias e contextos, o reconhecimento desta ideia seria uma espécie de familiaridade com a ideia de 'causa'. Neste caso, o sentimento de familiaridade conduz a um sentimento subjetivo, uma impressão, sem nenhum valor lógico. Nesse sentido Peirce argumenta:

Suponho, contudo, que, quando os lógicos falam de "clareza", apenas querem significar uma tal familiaridade comum ideia, visto que encaram essa qualidade como sendo de pouco mérito, já que tem de ser complementada com uma outra, a que chamam distinção (PEIRCE, 1878, p.02)

Quanto à noção de *distinção*, esta foi introduzida para resolver as deficiências da '*clareza*', uma vez que se exige que todos os elementos de uma ideia sejam claros. Com o critério da '*distinção*' haveria a possibilidade de definir uma ideia em termos abstratos

Uma ideia distinta é definida como uma que não contém nada que não seja claro. Isto é linguagem técnica; por conteúdos de uma ideia os lógicos entendem o quer que esteja contido na sua definição. Assim, uma ideia é apreendida distintamente, no parecer deles, quando pudermos dar uma definição precisa dela em termos abstractos (PEIRCE, 1878, p.02).

Neste aspecto, a crítica de Peirce às noções de clareza e distinção formuladas por Descartes, consiste em negar que seja possível decidir entre uma ideia que parece clara e outra que não o é.

Ele ilustra esta objeção mostrando que, há homens que parecendo estar esclarecidos e determinados, defendem opiniões contrárias sobre princípios fundamentais. Alguém pode estar muito convencido da clareza de uma ideia que não o é.

Conforme Peirce a distinção de Descartes entre ideias claras e distintas estavam confiadas ao âmbito da introspecção, inclusive para o conhecimento das coisas externas, o que poderia levar qualquer homem de um bom domínio de dialética a “provar” a clareza e distinção das ideias. Ele rejeita a premissa apriorísticas de Descartes porque bastaria o domínio da prova dialética e não o exame no âmbito da experiência.

Quando Descartes se lançou à reconstrução da filosofia, o seu primeiro passo foi (teoricamente) permitir o cepticismo e abolir a prática dos escolásticos, em procurarem na autoridade a última fonte de verdade. Feito isso, procurou uma fonte mais natural dos verdadeiros princípios, e julgou encontrá-la na mente humana; passando assim, pela via mais directa, do método da autoridade para o da aprioridade, como descrevi no meu primeiro artigo (PEIRCE, 1878, p.03).

Ele mostrou que Leibniz tinha razão em parte quando afirmava ser evidente que uma peça de um mecanismo não possa trabalhar perpetuamente se não se alimentar-se de alguma energia. Entretanto, faltou a Leibniz entender que a máquina da mente apenas pode transformar o conhecimento, mas nunca originá-lo. Essas considerações são importantes para Peirce em sua oposição às definições abstratas em Filosofia.

Este grande e singular gênio foi tão notável no que não conseguiu ver como no que viu. Que um mecanismo não podia trabalhar perpetuamente sem que fosse, de alguma forma, alimentado com energia, era algo perfeitamente evidente para ele; contudo, não entendeu que o mecanismo da mente só pode transformar conhecimento, mas nunca originá-lo, a menos que alimentado com factos da observação (PEIRCE, 1878, p.03).

Ao contrário do método intuitivo cartesiano, Peirce propõe um método baseado na engenharia do pensamento moderno. De modo que, a aplicação da máxima pragmatista seria um instrumento eficaz para interpretar um signo ou o significado de uma ideia. Neste sentido, ele argumenta que o pensamento, como um sistema de ideias, tem uma única função, que é a produção da crença. Peirce afirma que temos “o direito de pedir que a lógica nos ensine como tornar as nossas ideias claras; [...] Saber o que pensamos; sermos senhores do que queremos significar, isso será um fundamento sólido para pensamentos grandes e de peso” (PEIRCE, 1878, p.05).

Dessa forma é preciso se opor à falta de sentido presente em quase todas as afirmações metafísicas, e, às vezes, até mesmo seu total absurdo. Além dessa forma crítica, o pragmatismo deveria constituir um método de reconstrução ou de explicação dos significados de conceitos poucos claros.

Neste ensaio Peirce empregou os termos *dúvida* e *crença* para designar o início de qualquer questão, não importa se grande ou pequena. Ele afirmava que independentemente do modo como à dúvida é suscitada, ela estimula a mente a uma atividade que pode ser fraca ou enérgica, calma ou turbulenta. Quando decidimos como deveremos agir, obtemos consciência das circunstâncias que causaram a nossa hesitação e chegamos à crença. O pensamento em ação tem como seu único motivo chegar ao descanso do pensamento; e tudo o que não se reportar à crença, não faz parte do próprio pensamento. A essência da crença é a criação de um *hábito*. Para se chegar à crença, precisamos ter certos comportamentos práticos. Assim, nossa ideia de qualquer coisa é a nossa ideia dos seus efeitos sensíveis, esclarece Peirce (PEIRCE, 1878).

Diferentemente de postular uma teoria da verdade em termos tradicionais, Peirce, descreveu que a unidade do sistema ‘pensamento’, reside na sua função, na sua atividade. Peirce destaca que “a acção do pensamento é excitada pela irritação da dúvida, e que cessa quando se atinge a crença; de modo que a produção da crença é a única função do pensamento” (PEIRCE, 1878, p.9). A crença é apaziguadora da dúvida

Entretanto, ao ‘sossegar’ a irritação da dúvida, a crença atua como uma regra de ação; tornando-se um hábito. A crença tem a função de acabar com a hesitação, portanto ela torna-se um guia de ação. Por exemplo, se eu julgar que determinado objeto é um garfo, então me servirei dele para levar à boca certos alimentos sólidos. A crença de que esse objeto é um garfo condiciona as ações que farei com ele. A essência da crença é a criação de um hábito; e diferentes crenças distinguem-se pelos diferentes modos de ação a que dão origem.

Peirce ilustra também a criação de hábitos comparando o pensamento à audição de uma melodia. Temos uma percepção direta dos sons que compõem a melodia e uma percepção indireta. Sabemos que cada som representa uma nota e dele temos consciência ao ouvi-lo num determinado momento, podemos separá-los os sons que ouvimos antes dos sons que ouviremos depois. Em contrapartida, a melodia é um elemento mediato à consciência, mediado pelo conjunto dos sons que a compõem. O pensamento é tal qual uma melodia, é ação; tem começo, meio e fim e consiste na congruência da sucessão de sensações que passam pela mente; o pensamento é a linha da melodia na sucessão de nossas sensações (PEIRCE, 1878).

O *hábito* não é mais do que o conjunto de todas essas ações, tanto reais como possíveis. Imagine um chinês de uma aldeia remota do interior da China, que se serve normalmente de pauzinhos para levar à boca os alimentos sólidos, e que encontra um garfo perdido por um viajante ocidental, a sua crença acerca desse objecto pode ser completamente diferente. Pode julgar, por exemplo, que se trata de um ancinho para pequenos vasos de flores. Nesse caso, a sua crença consistirá em servir-se dele para tratar a terra dos seus vasos. Vimos, portanto, que as crenças

determinam a ação. Mas, nem sempre as mesmas crenças determinam as mesmas ações. Se as crenças se alteram, as ações também se alteram. É por isso que, o *hábito* constitui a identidade da crença (PEIRCE, 1878). Desse modo, "diferentes crenças se distinguem pelos diferentes modos de ação a que dão origem", (PEIRCE, 1958). Enquanto identidade da crença, o hábito de ação é o critério para avaliar as diferenças entre crenças. O que decide então da identidade ou a diversidade das crenças, não são meras palavras, mas, sim, ações empiricamente verificáveis, já que os referidos resultados de ação são resultados sensíveis.

Peirce passa a considerar neste ensaio como se aplicaria à máxima pragmatista a uma experiência cujo princípio de verdade é a consideração das conseqüências práticas dos objetos, ou seja, de seus efeitos concebíveis. Com um exemplo simples o autor pergunta o que queremos dizer ao chamar de dura uma coisa. Se utilizarmos como exemplo o conceito "o diamante é duro", será necessário para se confirmar a validade deste conceito submetê-lo ao teste de atrito (experiência). Se o diamante mostrar-se não riscável, este conceito será considerado válido.

Nesse caso ou em qualquer outro exemplo, deverá haver uma ligação entre o pensamento e a ação, ou seja, conceber o que uma coisa seria, é conceber como ela funciona, ou citando a expressão que Peirce utilizava: conceber suas "consequências práticas".

Como ensinar filosofia à maneira pragmatista

Nesta seção o objetivo da pesquisa é apresentar elementos da atividade pedagógica que sejam compatíveis como a filosofia pragmatista, no sentido de poder indicar determinadas maneiras e formas de ensinar filosofia tendo como princípio a matriz filosófica da corrente pragmatista. Embora estes autores tenham produzido na transição do século XIX para o século XX, suas ideias são fontes inspiradoras no presente, pois o pragmatismo priorizou a unidade teoria e prática, a superação dos dualismos pedagógicos da escola tradicional, passando a adotar perspectivas de ensinar e aprender através da interação entre aprendizes, ambiente e docente.

O pragmatismo, através do pensamento de seus clássicos, principalmente de Peirce, seu fundador, nos deixa um legado que se apresenta através de seu método que auxilia a esclarecer e resolver problemas que são enfrentados nos dias atuais. Esta corrente filosófica não se mostrou ultrapassada e engessada, mas pelo contrário, mostra-se viva e atual, reinventando-se, inspirando e influenciando pensadores com sua forma de pensar e de conceber as ideias de uma forma geral e em especial a educação.

Para os pragmatistas, o alvo é o futuro, segundo Barrena, "o significado de uma ideia reside exclusivamente em seu efeito aplicável sobre uma conduta futura" (BARRENA, 2015, p.51). Isto

nos faz perceber que os indivíduos podem e devem agir sobre o seu próprio destino. Dessa forma, esta corrente filosófica propõe métodos criativos de investigação e descobertas, empregando uma filosofia da imaginação e do crescimento a ser aplicada ao processo educacional.

O pensamento tem uma função construtiva, criativa, orientada ao futuro. Somos participantes ativos no universo inacabado. Existe uma ligação entre mente e o ambiente que experimentamos, num processo temporário e criativo. Existe uma resposta criativa da mente ao mundo que a rodeia. As ideias não são cópias do mundo, mas maneiras de organizá-lo (BARRENA, 2015, p.51).

O método pragmatista aplicado à educação contribuirá bastante no sentido de valorizar as ideias projetadas para o futuro, utilizando-se da experiência e principalmente aliando teoria à prática. O pragmatismo então, transforma-se numa teoria da aprendizagem, que consistirá num ato de aprender com base na experiência, transformando a dúvida em crença, num processo prático, observando as possíveis consequências das ideias e dos conceitos estudados em novos modos de ação. Este aprender com a experiência tem como influência o espírito científico que será adotado no processo de ensino-aprendizagem.

Como observa Barrena, o mais característico do pragmatismo não seria fixar-se somente nas consequências futuras, mas observar as consequências práticas, ou seja saber se algo funcionará ou não, como também no aprender fazendo. Isto demonstra uma mudança revolucionária no panorama educativo. Ela resume tudo isso na frase: "por as ideias à prova através da ação" (BARRENA, 2015, p.53).

É nesta frase que se consolidam os pilares básicos em que se ergue a educação pragmatista. O primeiro pilar seria o "espírito científico", pois o ato de por algo à prova significa a capacidade investigativa do indivíduo; O segundo pilar seria "a unidade do ser humano", considerar este ser humano como uma unidade, uma subjetividade, acreditar em sua continuidade em vários âmbitos de seu desenvolvimento que se manifestarão em suas ideias e ações; o terceiro pilar seria "a criatividade", onde a mente inventiva do ser humano irá propor provas para o sucesso de sua criação.

Dessa forma torna-se claro que a proposta de uma educação pragmatista desenvolve-se nos moldes do método científico, onde se comprova a ideia pela experiência, acreditando que o aluno é uma subjetividade a desenvolver-se com práticas criativas aplicadas à sua conduta.

A teoria de Dewey se inscreve na chamada educação progressiva. Um de seus principais objetivos é educar a criança como um todo. O que importa é o crescimento físico, emocional e intelectual. O princípio é que os alunos aprendem melhor realizando tarefas associadas aos conteúdos ensinados. Atividades manuais e criativas ganharam destaque no currículo e as crianças passaram a ser estimuladas a experimentar e pensar por si mesmas. Nesse contexto, a democracia

ganha peso, por ser a ordem política que permite o maior desenvolvimento dos indivíduos, no papel de decidir em conjunto o destino do grupo a que pertencem. Dewey defendia a democracia não só no campo institucional, mas também no interior das escolas (DEWEY, 1959).

A experiência educativa é, para Dewey, reflexiva, resultando em novos conhecimentos. Deve seguir alguns pontos essenciais: que o aluno esteja numa verdadeira situação de experimentação, que a atividade o interesse, que haja um problema a resolver, que ele possua os conhecimentos para agir diante da situação e que tenha a chance de testar suas ideias. Reflexão e ação devem estar ligadas, são parte de um todo indivisível. Dewey acreditava que só a inteligência dá ao homem a capacidade de modificar o ambiente a seu redor.

Portanto, esta abordagem tem uma importância significativa para a superação de formas tradicionais de ensinar que ainda estão baseadas numa concepção mentalista e representacionista do conhecimento. Com base nestas ideias, destacamos a importância de uma educação criativa, que ensina não só conceitos e sim uma série de habilidades e atitudes necessárias para que os alunos cresçam como pessoas; resolvam problemas e desenvolvam uma inteligência prática. O pragmatismo no âmbito educacional leva em consideração aquilo que deve conter nos planos de estudos; sem esquecer os conteúdos necessários para despertar o interesse e o esforço dos alunos. Este plano deve ser participativo e realista, voltado para a experiência vivida pelo aluno, com atividades que não sejam meros textos e dados e sim procurando a compreensão do que se ensina, articulando o entendimento, os fins e as consequências do que se aprende.

Em virtude disso, é preciso considerar que um plano de estudo com característica pragmatista conduz ao crescimento integral da pessoa, ao desenvolvimento de sua racionalidade no sentido mais amplo da palavra, como declarou Sara Barrena (2015). Conforme esta autora, um currículo pragmatista não é uma lista estática de conteúdos e sim um processo comunicativo e dinâmico (BARRENA, 2015).

Há, portanto, uma necessidade de inclusão de um plano de estudo que desenvolva habilidades que contribuirão para que o aluno aprenda a pensar, ultrapassando as barreiras de uma área específica e se convertendo em algo que o aluno poderá aplicar em qualquer circunstância e área do saber. Estas habilidades auxiliarão o aluno tanto a raciocinar como a viver melhor (BARRENA, 2015, p.129).

O “ensinar” ou “fazer filosofia”, é uma atividade que entende que cabe à filosofia fornecer hipóteses que devem ser testadas na prática social, e em determinadas circunstâncias históricas, pois o pragmatismo se torna eficaz quando se envolve com os problemas vivos das relações sociais.

O pragmatismo enquanto escola filosófica se opôs à prática do fazer filosófico academicista cujo trabalho dava-se de forma afastada dos problemas concretos das pessoas, com teorias

abstratas, que não ajudariam a compreender o papel de cada um na sociedade e favorecer o seu conhecimento.

Opondo-se a essa posição, tanto Peirce, James e Dewey, enquanto representantes desta corrente, concebiam uma nova filosofia: a filosofia ligada à experiência dos homens e mulheres no mundo, com capacidade para refletir e intervir nos problemas da sociedade atual, com um olhar crítico sobre a ordem social e institucional vigente. Acreditam que a educação contemporânea deva assumir um papel e uma função de contribuição para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Assim, o ideal pragmatista consistiria em considerar a educação a chave para transformar as pessoas, a sociedade e o mundo (NASCIMENTO, 2017, p. 198).

Para ensinar à maneira pragmatista, a criatividade torna-se a sua principal característica. O ser humano é, em sua essência criativo, não somente no que diz respeito às suas criações artísticas, mas em tudo que ele faz. A criatividade lhe proporciona crescimento pessoal, autonomia em suas ações fazendo-o pensar por si mesmo.

Porém, no contexto em que estes pensadores produziram seus trabalhos, no final do século XIX e início do século XX, uma proposta de educação baseada na criatividade, gerou críticas oriundas do modelo tradicional de educação que atribuía à criatividade um sentido de indisciplina e rebeldia. Mas na verdade o que este método realmente propunha seria uma luta contra o conformismo e pela falta de ambição intelectual, como afirma Barrena: “se pretende aplicar a imaginação nas escolas, o ensino não pode seguir um plano pré-concebido, fixo, mas deverá adaptar-se de forma criativa às circunstâncias das pessoas”. (BARRENA, 2015, p.58).

Percebe-se quão inovadora e arrojada se apresentou ao mundo esta nova proposta educacional na qual posiciona o aluno no centro do processo ensino-aprendizagem, rompendo paradigmas educacionais rígidos que até então não levavam em conta a subjetividade do aluno e a liberdade de ensinar por parte do professor. Contrapondo-se a este paradigma, Barrena afirma que

“Uma educação que valoriza a criatividade, supõe em primeiro lugar, reconhecer a originalidade de cada aluno, o próprio aluno e o que constitui sua personalidade e a expressa, conforme o espírito do pragmatismo, em suas ações” (Barrena, 2015, p.58).

Questiona-se agora, qual seria o papel do professor nesse processo. Como destaca Barrena (2015), para ser um bom educador se faz necessário também ser um bom pragmatista, o que implica não fechar nunca a própria mente, seguir sempre aplicando e desenvolvendo hábitos experimentalista, escutar a experiência, criar novas hipóteses, examinar as consequências e marcar futuros cursos de ação.

Assim, concebe-se a sala de aula como um espaço social de interação, de compartilhamento e troca de experiências, a comunicação torna-se naturalmente um ato educativo

tanto para o emissor como para o receptor, mas a partir do momento em que a “mensagem” torna-se moldada, repetitiva e rotineira, ela perderá seu poder de educar.

Em seu artigo “O papel do pragmatismo de Peirce na educação”, Patrícia Turrisi (2002), faz uma abordagem crítica da chamada “instrução direta”, mais conhecida como aula expositiva, bem como do método construtivista. Nesta abordagem é analisada a postura do professor no processo de ensino aprendizagem, quando este utiliza os métodos de ensino em discussão, como também os reflexos destas práticas educacionais sobre o desenvolvimento dos alunos.

A educação nos dias de hoje, repudia e faz severas críticas ao modelo de educação tradicional, mas de uma certa forma, ainda se mantém fortemente ligada a este modelo. A instrução direta é tradicional tanto para os professores quanto para os alunos, pois vem empregando *scripts* altamente elaborados com interlúdios de perguntas e repostas classificados como “interação”(TURRISI,2002).

Nesse sentido, a instrução direta, torna-se uma comunicação unilateral, que em sua essência não transforma os alunos e nem os professores em pensadores críticos e amantes da pesquisa, mas em meros repetidores. Como descreve Turrisi (2002), a performance do instrutor em sua aula expositiva seria acompanhada por um texto, com conteúdo idêntico fornecido aos alunos, onde este enfatiza tópicos que serão cobrados e testados ao final do curso. Este teste consistiria em avaliar se os alunos absorveram o conteúdo das aulas expositivas e dos textos através da memorização de fatos e formulações de conceitos, como se os alunos tivessem, com sucesso, adquirido certas “habilidades”. Esse modelo é análogo ao que Paulo Freire chama de “educação bancária”. O aluno é como uma caixa e o professor ensina depositando conhecimento nessa caixa, ou seja, o aluno é um receptor passivo dos conhecimentos e fatos (TURRISI, 2002).

Analisando este método de instrução direta, percebe-se sua similaridade com o método da autoridade descrito por Peirce em seu artigo a “A fixação da crença”, onde segundo seu autor,

[...] a mudança é tão lenta que permanece imperceptível durante a vida de uma pessoa, de forma que a crença individual permanece sensivelmente fixada. Para a massa da humanidade, então, não existe talvez melhor método do que este. Se é seu impulso mais elevado serem escravos intelectuais, então deverão permanecer escravos (PEIRCE, 1878, p.02).

Dessa forma, a instrução direta “escraviza” o aluno, tornando-o um súdito obediente à autoridade do professor. Nesse sentido, Turrisi (2002) argumenta:

O método de instrução tradicional, direta, ou da aula expositiva, seria, nos termos de Peirce, autoritário. Ou seja, alguém que não o crente subsequente decide o que as crenças deverão ser, expressa-as, e as reforça (através das provas e das consequências profissionais das provas). O crente subsequente recita e reporta essas crenças o mais lealmente possível. As crenças não precisam se ajustar bem aos crentes, nem ser contingentes com sua própria experiência ou com a dos outros, nem ser internamente coerentes com as crenças de outros. A

chamada para a rebelião contra o sistema de educação tradicional é uma consequência de objeções às limitações do ensino e aprendizado acrítico e autoritário (TURRISI, 2002, p. 06).

Em relação à crítica ao construtivismo para Turrisi, esta proposta projeta um sistema de educação no qual a construção do significado e aprendizado recai sob o estudante individual. Esbarra numa espécie de renascimento do método *a priori*, descrito por Peirce. Essa noção contemporânea de construtivismo de que todo conhecimento é uma construção mental, contrapõe-se ao método científico indicado por Peirce. O construtivismo, segundo Turrisi (2002) demonstra uma atitude apriorística e nada científica. Saunders *apud* Turrisi (2002), em *The Constructivist Perspective: Implications and teaching strategies for science* pontuava:

O construtivismo pode ser definido como a posição filosófica que defende que qualquer assim chamada 'realidade' é, no sentido mais imediato e concreto, a construção mental daqueles que acreditam que a tenham descoberto e investigado. Em outras palavras, o supostamente encontrado é uma invenção cujo inventor não está consciente de seu ato de invenção e que considera algo que existe independentemente dele; a invenção então se torna a base de sua visão de mundo e de suas ações (SAUNDERS *apud* TURRISI, 2002, p.126).

Não pode-se negar as contribuições do construtivismo à educação como o incentivo ao pensar, tendo como exemplo o aprendizado colaborativo, o trabalho em grupo, a experimentação, a solução de problemas, discussão, entre outras técnicas que estimulam a interpretação e avaliação de fenômenos abordados em sala de aula. Porém, a proposta educacional para o pragmatismo deve ser baseada na metodologia científica e na lógica.

Uma vez colocadas estas críticas ao processo educacional, surge o momento de refletir sobre as propostas do pragmatismo como método educacional. Segundo Peirce,

A primeira lição que temos o direito de pedir que a lógica nos ensine é como tornar nossas ideias claras; e é muito importante, só desprezada pelas mentes que dela mais necessitam. Saber o que pensamos, sermos senhores do que queremos significar, isso será um fundamento sólido para pensamentos grandes e de peso (PEIRCE, 1878 p.05).

Ensinar a pensar seria o maior desafio do pragmatismo enquanto método educacional, e principalmente nas aulas de filosofia, como já foi dito, tudo começaria com um ensino que valorize o método científico. Sobre o ensinar à maneira pragmatista, Turrisi observa que uma vez estando aparente que uma educação pragmatista, utiliza-se de uma abordagem lógica, para encontrar os efeitos que poderiam concebivelmente ter consequências práticas, como formulou Peirce em sua máxima, nós concebemos que o objeto de nossa concepção poderá incutir hábitos mentais nos estudantes que os cientistas precisam possuir, em alguma medida.

Em sua crítica ao construtivismo pode afirmar que as descobertas da ciência, não são pequenas influências em nossas vidas, portanto, não pareceriam então como sendo meramente

“construções da realidade”, mas conclusões que surgiram através de um processo rigoroso envolvendo o engajamento do pensamento com a realidade. A habilidade do pragmatismo de influenciar a concepção da realidade do estudante e o seu engajamento, melhoraria significativamente a educação moderna (TURRISI, 2002).

Por fim, a proposta central de um ensino à maneira pragmatista deve ter como horizonte o desenvolvimento de atividades que levem os alunos pensarem por si mesmos, que formem suas opiniões, não acreditando que elas sejam corretas ou absolutas, mas desenvolvendo sua própria forma de pensar adquirida em um exercício contínuo, ou seja, em um processo de crescimento incessante, com o intuito de adquirir hábitos lógicos.

Para isso, Barrena (2015) sugere que o estudante não somente deva obter informações e novidades, mas também que cresça enquanto “pensador” e para isso ele deverá adquirir hábitos mentais de investigador, ou seja, deverá aprender a pensar, no entanto, aprender a pensar num sentido amplo, ampliando todas as suas faculdades; aprender a pensar e imaginar por si mesmo de forma que possa saber o que é mais conveniente, tanto na educação como na vida. Um dos principais objetivos da educação seria portanto, ensinar o estudante a controlar seu processo de raciocinar. Quando a pessoa consegue dirigir seu próprio pensamento, definir seus objetivos, estará capacitada para atingir seus fins. Aprender a pensar então, seria, aprender a raciocinar com rigor, como ensina a filosofia. (BARRENA, 2015, p.73)

Considerações Finais

O trabalho foi produzido a partir de um questionamento sobre “como ensinar filosofia à maneira pragmatista”, para se obter respostas a esse questionamento a investigação foi realizada a partir da teoria pragmatista de Charles Sanders Peirce.

Enquanto possibilidade de uma educação mais comprometida com a experiência Peirce elegeu o método da abdução enquanto estratégia criadora e investigativa. O pragmatismo é abdução. A máxima pragmatista enquanto lógica abdutiva entende a experiência como abertura para o futuro, como uma possibilidade que fundamenta a previsão utilizando experiências passadas (dedução e indução). A abdução se fundamenta no juízo perceptivo como fonte de conhecimento. Peirce apresenta a lógica abdutiva ou inferência hipotética como um lampejo, uma ideia ou um ato de *insight*. Assim, este caminho prova a abertura de novas possibilidades de criação e novas hipóteses explicativas não contidas nas premissas anteriores com a força de produzir a criação de novas ideias.

Peirce desenvolveu quatro objeções filosóficas que o ajudaram a desenvolver o tema da fixação das crenças e de como tornar clara nossas ideias: primeiro; não temos poder de intuição;

segundo; não temos poder de introspecção; terceiro; não podemos pensar de outra maneira a não ser por meio de signos e, quarto; não temos concepção nenhuma sobre o absolutamente incognoscível.

Por fim, argumentamos que ensinar a pensar implica que cada um enfrente seus próprios problemas e supõe, portanto, a autonomia de cada aluno. Cria-se assim um modelo de ensino baseado mais na liberdade que na autoridade, um ensino mais participativo que autoritário. Estes princípios devem orientar a atividade do ensino de filosofia através da educação do pensamento, da liberdade criativa e do espírito científico fundamental no processo de clarificação de nossas crenças.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Leonardo Marcondes. **O signo**: elementos semióticos de Peirce. *Ensaios e Notas*, 2016. Disponível em: <https://wp.me/pHDzN-38G>. Acesso em: 10 de jul. 2020.
- BARRENA Sara. **Pragmatismo y Educacion**: Charles Peirce y John Dewey em Las aulas. Madrid, Machado Nuevo: Aprendizaje, 2015.
- DEWEY, John. **Como pensamos**. 2. ed. Trad. Godofredo Rangel. São Paulo. Nacional, 1953 (Atualidades Pedagógicas).
- ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- IBRI. Ivo Assad. **Kósmos Noétós**: A arquitetura Metafísica de Charles Peirce: São Paulo: Paullus, 2015.
- NASCIMENTO. Edna M. M do. **Dewey e Rorty**: da metafísica empírica à metafísica da cultura: Teresina, EDUFPI, 2014.
- NASCIMENTO. Edna M. M. do. **Pragmatismo**: uma filosofia da ação. Teresina, EDUFPI: 2017.
- NASCIMENTO. Edna. Charles Sanders Peirce: pragmatismo, pragmaticismo e educação: In: **Filósofos e Perspectivas Educacionais: dos clássicos aos contemporâneos** – Org: SILVA, Heraldo, Mota, Fernanda, Nascimento, Edna. Curitiba: CRV, 2018.
- PEIRCE, Charles Sanders. **The Collected Papers of Charles S. Peirce**. Cambridge, Mass., 1958.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Conferências do Pragmatismo**: Trad. Murilo Otávio Paes Leme, Anísio S. Teixeira, Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos Coligidos**: Trad. Armando Moura de Oliveira e Sérgio Pomeranblum. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- PEIRCE, Charles Sanders. **A Fixação da Crença**. Popular Science Monthly, New

York, v .12, Nov, 1877 – abr 1878. Disponível www.lusofia.net. Acesso em 15 de setembro de 2019.

PEIRCE, Charles Sanders. **Como Tornar as Nossas Ideias Glaras** Popular Science Monthly, New York, v .12, Nov, 1877 – abr 1878. Disponível www.lusofia.net. Acesso em 15 de setembro de 2019.

PEIRCE, Charles Sanders **Semiótica e Filosofia**. Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1975.

PEIRCE, Charles Sanders. A propósito do autor. In: **Semiótica e filosofia: textos escolhidos de C.S. Peirce**. São Paulo: Cultrix, 1993.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e literatura**. 6 ed. São Paulo: Ateliê Editorial: 2004.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTAELLA, Lúcia. **Teoria geral dos signos**. São Paulo: Pioneira, 2000.

TURRISI, Patrícia. **The Role of Peirce's Pragmatism in Education**. São Paulo: Cognitio Estudos, n. 3, 2002.